

HISTÓRIA CONCISA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Eliane da Rosa (UFRGS)
elianedr19@gmail.com

RESUMO

Desde os primórdios, a língua portuguesa nunca apresentou um sistema ortográfico uniforme. Assim como as línguas sofrem processos de variações e mudanças linguísticas ao longo do tempo, o sistema ortográfico de uma língua também pode sofrer adaptações e transformações para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes. Todavia, é interessante destacar que, apesar de os estudiosos tentarem uniformizar a ortografia da língua portuguesa desde os tempos mais antigos, a variação ortográfica permanece predominante na grafia dos seus falantes devido à influência da produção da fala. Diante disso, este artigo tem por objetivo descrever e explicar a evolução da ortografia portuguesa desde a sua formação até os dias atuais.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Ortografia. Mudanças na norma ortográfica

1. Introdução

A língua portuguesa teve sua origem no latim, língua esta que era falada na região do Lácio, situada no centro da Península Itálica. A língua latina pertence à família das línguas indo-europeias, as quais procedem do protoindo-europeu, considerado o ancestral de quase todas as línguas indo-europeias. O latim era formado por um conjunto de dialetos, cujas variedades principais eram o *latim clássico* ou *literário* e o *latim vulgar* ou *coloquial*.

O *latim vulgar*, na essência, não era diferente do *latim litterario*, ou latim propriamente dito: o que não quer dizer que os escritores escrevessem exatamente a língua do povo. Deve entender-se que em todas as nações onde se cultivam as letras, as pessoas cultas podem servir-se de expressões, distinguir sons, e usar vocabulos, diversos dos das pessoas incultas. (VASCONCELOS, 1911, p. 12)

Em meados do século III a.C., os romanos conquistaram toda a Península Itálica e, devido a esse domínio político e cultural, o latim acabou tornando-se a língua oficial daquela região. Em consequência disso, todas as línguas faladas neste território, como o etrusco, o sabélico, o volsco, o osco e o umbro (COELHO, 1868), foram desaparecendo gradativamente. Da maioria delas só restaram vagas e duvidosas informações, com exceção do celta e do grego que deixaram vestígios linguísticos (CÂMARA JR, 1975). Embora tenham aumentado seus domínios territoriais, os romanos partiram para novas expansões político-militares. A

próxima conquista viria a ser a Península Ibérica²⁰.

Antes da chegada dos romanos ao território ibérico, este já havia sido habitado por diferentes povos. “Muito pouco se sabe das antigas populações ibéricas. No início da romanização habitava a Península uma complexa mistura racial: celtas, iberos, púnicos-fenícios, lígures, gregos e outros grupos mal identificados”. (CUNHA & CINTRA, 2013, p. 13)

As terras férteis e as grandes riquezas minerais da Hispânia despertavam a cobiça de diversos povos a ponto de atraí-los para a região (CASTRO, 1991; COUTINHO, 1976; LEÃO, 1606; VASCONCELLOS, 1923). Na disputa entre gregos e cartagineses²¹ pela posse desse território, os últimos venceram os primeiros e, com isso, estabeleceram colônias ao longo da costa meridional da Península. Os gregos, porém, não desistiram e, mesmo com a presença dos fenícios, conseguiram fundar algumas colônias ao sul. Até os celtas, vindos da região da Alemanha, se estabeleceram na região da Gália e nas regiões altas do centro de Portugal. Os romanos, ao perceberem que os cartagineses estavam aumentando suas expansões territoriais, decidiram tomar posse destas terras.

Os romanos desembarcaram na Península no ano 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. Dão cabo dos cartagineses no ano de 209 e empreendem, então, a conquista do país. Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo. (TEYSSIER, 2014, p. 03)

A romanização da Península Ibérica começou nas cidades mais povoadas, depois, nas aldeias e, por fim, nos campos. Com o passar do tempo e com a convivência com os romanos, o povo da Península começou a admirar os conquistadores pela sua força e civilidade e, como resultado, os habitantes nativos acabaram adotando a língua e os costumes romanos.

O traço mais nítido e saliente do estrangeiro é a língua, ou o modo de exprimir-se num idioma que não é o seu. Por esse motivo, nas cidades, a cobiça da cidadania romana acarretava a necessidade de falar a língua latina com a perfeição requerida. O latim era meio de ascensão e distinção social. Por isso, o mais perfeito veículo de assimilação, o que, de certo modo, resumia e com-

²⁰ Também chamada de Hispânia ou Lusitânia.

²¹ Povo descendente dos fenícios que receberam esse nome por terem fundado a cidade de Cartago, na região da Tunísia (África) em 814 a.C. O nome *Guerras Púnicas* vem do termo que os romanos usavam para se referir aos cartagineses: “*púnicos*” provém do grego “*phoinicoi*” que quer dizer “*fenícios*”. (ILARI, 1999)

pletava os outros, era a escola [...]. Ao sair dela, o jovem estava inteiramente assimilado: adquirira a mentalidade de um Romano. (SILVA NETO, 1992, p. 80)

Uma vez que o latim se tornara a língua oficial dos habitantes da Lusitânia, o alfabeto latino passou a ser o sistema de escrita adotado pelos falantes daquela região. O alfabeto latino teve sua origem a partir do sistema ortográfico do etrusco, o qual era baseado no alfabeto grego. A língua latina sofreu inúmeras influências linguísticas tanto do grego quanto do etrusco, principalmente no âmbito lexical. Isto se deve, provavelmente, a dois fatos: primeiro, aos etruscos terem se instalado no centro da Península Itálica em torno de 1000 a.C., e segundo, à estreita relação política, social e cultural entre os gregos e romanos (CAGLIARI, [s.d.]). Conforme Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal (2012), a adaptação da escrita etrusca ao sistema ortográfico latino deu-se em torno do século VII a. C. Em um primeiro momento, o alfabeto latino era composto por 16 letras. Posteriormente, passou a apresentar as letras *G*, *H*, *J*, *Q*, *V*, *X*, *Y* e *Z* (BERWANGER & LEAL, 2012, p. 55):

- *G* e *Q* (que equivaliam a letra *c*);
- *H* (para diferenciar as palavras latinas aspiradas);
- *J* (se originou do *i*);
- *U* e *V* (no início, eram uma única letra, mas a partir do século VII, surgiu o *U*);
- *X* (resultou da necessidade de representar a abreviação de grupos de letras que tivessem **S** final);
- *Y* e *Z* (adotaram-se estes símbolos gregos em virtude da introdução de vários vocábulos gregos ao latim).

Com o passar dos séculos, o alfabeto latino acabou sofrendo novas alterações e incorporações como forma de adaptação às línguas das regiões em que era difundido pelos romanos e pelo Cristianismo. Após a ocupação romana em solo ibérico, o alfabeto latino passou novamente por adaptações até culminar no sistema ortográfico que, atualmente, é conhecido como *alfabeto português*. Diante disso, este artigo visa a descrever e a explicar a evolução da ortografia portuguesa desde a sua formação até os dias atuais.

2. Percurso histórico da ortografia portuguesa

Desde os primórdios, a ortografia da língua portuguesa nunca

apresentou uniformidade em seu sistema. Isto se deve, provavelmente, ao fato de as línguas estarem em constantes transformações linguísticas para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes. Em outras palavras, assim como as línguas sofrem processos de variações e mudanças em seu âmbito oral, os seus sistemas ortográficos também passam por processos de alteração e adaptação com o propósito de promover uma comunicação escrita inteligível e eficaz entre seus falantes.

No início da formação da língua portuguesa, devido à estreita relação entre som e grafema e à falta de uniformização de seu sistema ortográfico, era possível encontrar variações gráficas de uma região para outra, ou seja, uma mesma palavra poderia apresentar diferentes grafias. Além disso, através da escrita, havia a possibilidade de identificar a que região um falante/escritor pertencia, porque cada região apresentava suas peculiaridades ortográficas.

A história da ortografia portuguesa se divide em três períodos:

- a) *Período Fonético* (da formação da língua portuguesa até o século XVI);
- b) *Período Pseudoetimológico* (do século XVI até 1904);
- c) *Período Simplificado* (de 1904 até os dias atuais).

2.1. O Período Fonético

O *Período Fonético* iniciou-se com a formação da língua portuguesa, estendendo-se até meados de século XVI. Este período corresponde à fase arcaica da língua. Nesta época, a grafia das palavras era baseada na pronúncia, isto é, “escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido”. (COUTINHO, 2011, p. 72)

Por ser um momento caracterizado pela variação gráfica, era possível descobrir, através da escrita, a que região um indivíduo pertencia. Além disso, era comum grafarem uma mesma palavra de formas diferentes dentro de um mesmo texto ou documento, conforme se verifica neste trecho retirado do livro *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* ([1525?])²²:

²² O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* [1525?], outrora chamado de *Cancioneiro de Colocci-Brancuti*, é uma obra quinhentista composta por cantigas galego-portuguesas de diversos trovadores. Disponível em: <<http://www.cantigas.fcsh.unl.pt/cancioneirobn.asp>>. Acesso em: 06-02-2014.

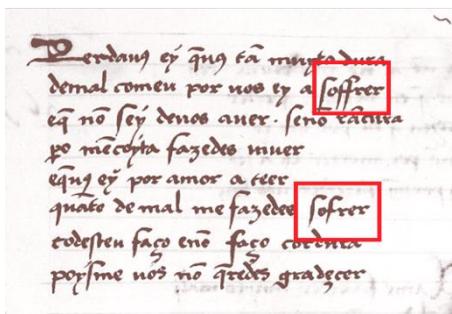


Fig. 1. Trecho da última estrofe da cantiga B41.

No trecho da última estrofe da cantiga galego-portuguesa B41, escrita por Osoiro Anes, percebe-se que a palavra *sofrer* foi grafada, primeiramente, com <ff> e, depois, com <f>. Outro exemplo de variação gráfica pode ser observado entre a 1ª e a 2ª estrofe da cantiga B512, de D. Dinis:

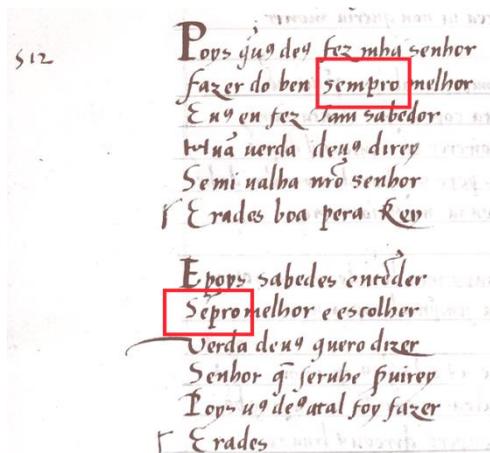


Fig. 2. Trecho entre a 1ª e 2ª estrofe da cantiga B512.

Neste exemplo, nota-se que o vocábulo *sempre* foi grafado, inicialmente, com a nasal <m> e, posteriormente, com til [-]. Com base nas exemplificações citadas anteriormente, pode-se dizer que as características gráficas mais comuns, durante o *Período Fonético*, eram as seguintes (PEREIRA, 1935; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001; COUTINHO, 2011):

- ♣ o uso confuso das letras **i**, **y** e **j**, como em *aya* por *aja*, *iulgar* por *julgar*, *oye* por *hoje*, *ljuvro* por *livro*, *mujto* por *muito* e *ydade* por *idade*;
- ♣ uso de **h** para representar o **i**, quando este tinha a função de glide, como em *cabha* por *cabia*, *dormho* por *dormio*;
- ♣ o uso da letra **h** para marcar hiato entre duas vogais diferentes ou entre duas vogais de qualidades diferentes, como em *poher* por *poer* (arcaico), *tehudo* por *teúdo* (arcaico), *mãho* por *mão*;
- ♣ o uso de **til** [~], **m** ou **n** para representar a nasalização das vogais, como em *ãno*, *ãno* e *anno* por *ano*, *grãde* por *grande*, *hõe* e *home* por *homem*, *menesmo* e *mêesmo* por *mesmo*, *põho* por *ponho*, *saom* por *são* (de *sanu-*);
- ♣ o uso da letra **b** no lugar de **v**, como em *aber* por *haver*;
- ♣ **ff** iniciais e **ff** depois de consoante, como em *ffe* por *fé*, *conffir-mar* por *confirmar*;
- ♣ uso de **qu** no lugar de **c**, como em *cinquo* por *cinco*, *nunqua* por *nunca*;
- ♣ o uso da letra **u** no lugar de **v**, como em *Lauorados* por *Lavorados*, *liurar* por *livrar*, *auer* por *haver*;
- ♣ o uso de **ll** no meio e no fim da palavra, como *ella* ou *ela*, *castello* ou *castello*, *mall*, *tall*. De acordo com Ismael de Lima Coutinho (2011), “a duplicação no fim visava provavelmente a distinguir o *l* velar do alveolar; no meio decorria da influência do latim”;
- ♣ o uso de **rr** no início e no meio da palavra para não confundir seu som com o do **r** brando como em *rrainha* por *rainha*, *omrado* por *honrado*. Mas também se usava **r** simples com o valor de **rr** como em *tera* por *terra*;
- ♣ uso de **x**, em final de palavra, para representar o valor de **is** do latim, como em *rex* por *reis*, *ex* por *eis*;
- ♣ o uso de **x** para representar **ss**, como em *dixe* por *disse*;
- ♣ o uso de **z** no lugar de **ç**, como em *zapateiro* por *çapateiro*, *lanzar* por *lançar*.

Nas cantigas galego-portuguesas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, pode-se encontrar várias evidências a respeito das variações gráficas que ocorriam no decorrer do *Período Fonético*. Por exemplo, na cantiga *B80*, de Vasco Praga de Sandim, observa-se o uso de:

- <h> para representar <i> em *mha*;
- til [-] para representar a nasalização de <u> em *nũca*;
- <y> para representar <i> em *sey*;
- <u> para representar <v> em *auerey*.

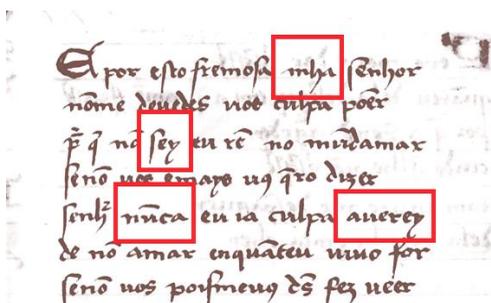


Fig. 3. Trecho da segunda estrofe da cantiga *B80*.

Já na cantiga *B884*, escrita por Airas Nunes, nota-se o vocábulo *disse* sendo grafado com <x> e o pronome *mim* grafado com <j> no lugar de <i> e sem o <m> final. (Veja **Fig. 4**)

Entre os séculos XV e XVI, surgiu, na Itália, um movimento cultural e intelectual inspirado nos antigos valores greco-latinos, cujo objetivo principal era romper com os valores e as tradições medievais, ou seja, o centro de tudo se deslocava do *Divino* para o *Humano*. Como era de se esperar, este movimento, chamado *Renascimento*, encontrou adeptos por toda a Europa, inclusive em Portugal.

Assim, sob a influência do movimento renascentista, escritores e estudiosos da língua portuguesa passaram a se preocupar em grafar os vocábulos da língua com base na etimologia das palavras. A partir de então, uma nova fase na história da ortografia portuguesa começava a dar seus primeiros passos. Era o início do *Período Pseudoetimológico*.

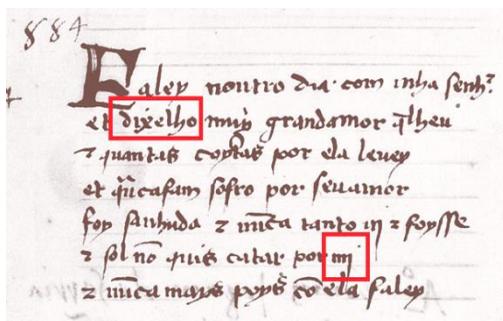


Fig. 4. Trecho da primeira estrofe da cantiga B884.

2.2. O Período Pseudoetimológico

O *Período Pseudoetimológico* teve seu início no século XVI e se estendeu até princípios do século XX. A maioria dos estudiosos da língua portuguesa considera a data da publicação do livro *Ortografia Nacional* (1904), de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, como o marco final deste período em decorrência de esta obra ter sido a base para a elaboração do primeiro tratado de ortografia entre Portugal e seus domínios no começo do século XX.

Este novo período, influenciado pelas ideias renascentistas da época, caracterizou-se pela supervalorização da cultura greco-latina e pela busca etimológica da grafia das palavras, isto é, pelo uso de consoantes geminadas, de grupos consonantais de origem grega (*rh*, *th*, *ph*, *ch*) e de letras como *k*, *w* e *y*.

O objetivo dos pseudoetimologistas era buscar as letras originárias das palavras, mesmo que elas não representassem nenhum valor fonético. O problema dessa busca etimológica era que muitos destes estudiosos não conheciam a etimologia das palavras e nem a história da formação da língua portuguesa. Tratava-se, portanto, do início da desordem ortográfica, pois todas as palavras, inclusive aquelas que não eram de origem latina, eram latinizadas. Segundo José Joaquim Nunes (1975, p. 196):

[...] o pedantismo, por um lado, e a ignorância, por outro, contribuíam ainda mais para a desordem ortográfica [...] Em geral, cada escritor tinha o seu modo de ortografar, cingindo-se quase sempre ao latim, por vezes com um fanatismo tal, que até se atrevia a alterar grafias que ainda haviam resistido à corrente dominante (*intender*, *intrar*, *infernidade* etc., por *entender*, *entrar*, *en-*

fermidade etc.) e o público imitava-o inconscientemente.

A partir deste momento, as variações e as mudanças linguísticas da língua deixaram de ser relevantes para os estudiosos, os quais não demonstravam interesse em investigar essas evoluções, pelas quais o português estava passando. Para Ismael de Lima Coutinho (2011, p. 76), isto se tratava de “um divórcio total entre a língua falada e a escrita”. Ao longo do *Período Pseudoetimológico*, era possível encontrar características gráficas, como (PEREIRA, 1935; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001; COUTINHO, 2011):

- ♣ emprego de *ch*, *ph*, *rh*, *th* e *y* em palavras de origem grega ou supostamente grega como em *chrySTALLINO*, *eschola*, *phrase*, *rhetorico*, *theatro*, *estylo*, *nympha*;
- ♣ emprego de *ct*, *gm*, *gn*, *mn*, *mpt* e consoantes geminadas em palavras de origem latina como em *aucthor*, *fructo*, *augmento*, *digno*, *magno*, *damno*, *somno*, *prompto*, *bocca*, *peccar*, *cabello*, *setta*;
- ♣ falsas regressões ortográficas como: *th* em *thesoura* e *ethymologia*, *y* em *phylosophia*, *c* geminado em *occeano*; e a troca de *s* final por *z* (ex: *mez*, *portuguez*, *poz*), que surgiu da imitação de palavras como *simplez*, *vez*, *fez* etc.

A obra *Os Lusíadas* (1572), de Luís Vaz de Camões, é considerada uma importante fonte de evidências a respeito das grafias utilizadas no *Período Pseudoetimológico*. Por exemplo, no trecho da terceira estrofe do 1º Canto, é possível verificar:

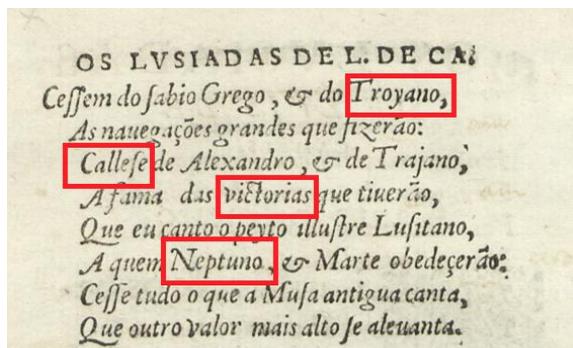


Fig. 5. Trecho da terceira estrofe do 1º Canto de *Os Lusíadas* (1572).

- a presença de <y> no lugar de <i> em *Troyano*;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- uso de consoantes geminadas como <ll> em *callese*;
- uso dos grupos consonantais como <ct> em *victoras* e <pt> em *Neptuno*.

Dessa forma, em virtude da desordem ortográfica (NUNES, 1975) vigente na época, inúmeras obras começaram a surgir com o objetivo de prescrever normas e recomendações de como grafar de forma “correta” a língua portuguesa. Dentre as obras mais relevantes, destacam-se:

- *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536)²³ de Fernão de Oliveira;
- *Grammatica da Lingua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãdre Igreja* (1539)²⁴ de João de Barros;
- *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) de João de Barros;
- *Regras qve Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Lingua Portuguesa* (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo;
- *Orthographia da Lingoa Portugvesa* (1576) de Duarte Nunes de Leão;
- *Orthographia, ov Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa* (1631) de Álvaro Ferreira de Vera;
- *Cvriosas Advertencias da Boa Grammatica no Compendio, & Exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez, em Lingua Portuguesa* (1643) de Bartholomeu Rodríguez Chorro;
- *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portguezza* (1734) de João de Moraes Madureira Feijó;
- *Orthographia da Lingua Portguezza* (1736) de D. Luis de Caetano Lima;
- *Compendio de Orthografia* (1767) de Fr. Luis do Monte Carmelo;
- *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* (1876) de João de Deus;

²³ Primeira gramática da língua portuguesa.

²⁴ Primeira cartilha de alfabetização da língua portuguesa.

- *Ortografia Nacional* (1904) de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.

Contudo, é interessante mencionar que os próprios gramáticos e ortógrafos não chegavam a um consenso sobre a grafia de determinadas palavras da língua portuguesa. Em outras palavras, pode-se dizer que a variação ortográfica continuava atuando de forma expressiva na língua, assim como as discussões, entre os estudiosos, a respeito da ortografia “correta” das palavras. De acordo com Ismael de Lima Coutinho (2011, p. 76), “tão grande foi esse influxo que não só os vocábulos novos entram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico”. E para piorar a situação, um novo surto etimológico surgiu no período do *Romantismo*²⁵, no qual buscavam não mais no latim a origem das palavras, mas no francês que era a “língua da moda”. (COUTINHO, 2011)

É importante destacar que foi somente a partir da publicação da obra *Ortografia Nacional* (1904), de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, que a uniformização ortográfica da língua portuguesa se efetivou, embora não definitivamente, e a busca pela etimologização das palavras deixou de ser o foco principal dos estudiosos. Conforme as palavras de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1904, p. 8-9):

Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenha dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um êrro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirijentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quási sem protesto.

A partir das contribuições de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, uma nova fase começou a surgir na história da ortografia portuguesa, a qual foi chamada de *Período Simplificado*. Em outras palavras, era o início da simplificação e uniformização do sistema ortográfico português.

²⁵ O *Romantismo* foi um movimento artístico, político e intelectual que surgiu na Inglaterra e na Alemanha do século XVIII, cujo objetivo principal era a busca pelo nacionalismo, ou seja, era o abandono total das ideias renascentistas. A grande propagadora destas ideias pela Europa foi a França. Com este movimento, a visão de mundo voltou-se para o indivíduo. Em outras palavras, tratava-se de um período marcado pela busca das origens, pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção, pelo “eu”.

2.3. O Período Simplificado

O *Período Simplificado* teve seu início em princípios do século XX, ou melhor, após a publicação da obra *Ortografia Nacional* (1904), do famoso foneticista e lexicólogo português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, estendendo-se até a atualidade.

Para formular as regras da ortografia portuguesa, o foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana relacionou a análise da história interna da língua com o estudo de suas tendências fonéticas. Com base nestes preceitos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana conseguiu propor os fundamentos necessários para a simplificação do sistema ortográfico da língua portuguesa. Os principais fundamentos da proposta do foneticista português eram, segundo Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1904, p. 17):

- ♣ eliminação de todos os símbolos de etimologia grega (*th, ph, ch* = /k/, *rh* e *y*);
- ♣ redução das consoantes geminadas a simples (*tt > t, ll > l*), com exceção de *rr* e *ss* mediais que possuem valores peculiares;
- ♣ eliminação das consoantes não pronunciadas, quando não influíssem na pronúncia da vogal que as precedesse (*sancto > santo, septe > sete*);
- ♣ regularização da acentuação gráfica.

Este sistema simplificado baseou-se mais na pronúncia, contudo não deixou de levar em consideração a etimologia e o elemento histórico da palavra. Segundo Edwin Bucher Williams (2001, p. 41), o *Período Simplificado* “representa um retorno às grafias fonéticas, mas difere da Idade Média no fato de que foi uniformizada por convenção”.

Após a publicação de *Ortografia Nacional* (1904), o governo português decidiu, então, nomear uma comissão formada por ilustres linguistas, como Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, José Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entre outros, para formular a primeira reforma ortográfica da língua portuguesa, a qual deveria ter como base os preceitos da obra de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Assim, através da Portaria de 01 de setembro de 1911, oficializou-se o primeiro tratado de ortografia oficial Portugal e seus domínios.

Porém, os linguistas brasileiros não haviam sido consultados e, conseqüentemente, a reforma não atendia às necessidades do português

falado no Brasil. Em virtude disso, o governo brasileiro não adotou a reforma no país. Mas antes mesmo de Portugal ter decidido formular um tratado ortográfico, a Academia Brasileira de Letras já havia demonstrado preocupação em elaborar um sistema ortográfico uniforme para a confecção de documentos oficiais. Esta sistematização brasileira se concretizou em 1907. Todavia, cabe ressaltar que, após a sua adoção surgiram falhas e lacunas, as quais foram reformuladas no decorrer do tempo. Devido a essa reformulação, foi possível publicar sua versão definitiva em 1912, tornando, assim, o sistema mais racional e harmônico.

No entanto, em 1915, Silva Ramos decidiu fazer uma proposta à Academia Brasileira de Letras com o intuito de buscar uma harmonização entre a reforma brasileira de 1907 e a reforma portuguesa de 1911. Tal proposta foi aprovada, mas inexplicavelmente, em 1919, a proposta acabou sendo revogada até que o caso fosse estudado com mais rigor científico.

Dessa forma, após tantas divergências entre Brasil e Portugal com relação às regras estabelecidas pela reforma ortográfica, finalmente, em 1931, o governo brasileiro tornou oficial, em todo o território brasileiro, o *Acordo* firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Como surgiram dúvidas quanto à aplicação das regras de acentuação do *Acordo*, novas reformulações foram feitas e a nova versão foi oficializada pelo Decreto-lei nº 292 de 23 de fevereiro de 1938.

Apesar dessas reformulações, as divergências permaneceram entre os dois países, culminando, assim, em dois outros acordos posteriores: o de 1943 e o de 1945. Porém, é necessário destacar que o governo brasileiro adotou o acordo de 1943 e o de Portugal, o acordo de 1945. Conforme era de se esperar, as divergências ortográficas continuaram a existir entre os dois países.

Mais tarde, em 1971, Portugal e Brasil reuniram-se, novamente, para estabelecer um novo acordo com o objetivo de “aproximar” seus sistemas ortográficos. Neste acordo, as alterações estabelecidas foram as seguintes:

- eliminação do trema dos hiatos átonos: *saüidade* → *saudade*;
- eliminação do acento grave da sílaba subtônica: *cafézinho* → *cafezinho*;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- eliminação do acento que diferenciava a vogal aberta da fechada: *almôço* → *almoço*, com exceção de *pode/pôde*;
- permanência de alguns acentos diferenciais: *por* (preposição) / *pôr* (verbo), *para* (preposição) / *pára* (verbo).

Além disso, houve a eliminação de 70% da acentuação que divergia entre a ortografia europeia e a brasileira. Mas somente em 1975 é que a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras chegaram a um consenso. Embora houvesse um consenso entre as Academias, o acordo não foi transformado em lei devido a problemas políticos em Portugal.

Em 1986, o presidente José Sarney organizou um encontro para redigir um novo acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) no Rio de Janeiro. O acordo, chamado de *Projeto de Ortografia Unificada*, previa a eliminação da acentuação gráfica nas palavras esdrúxulas (ou proparoxítonas), ou seja, não deveria haver mais a distinção gráfica entre palavras como *música/musica*, *fábrica/fabrica*, *análise/analise*, *cágado/cagado*, por exemplo. No entanto, esse acordo não seguiu adiante devido às divergências entre Brasil e Portugal quanto às propostas estabelecidas.

Em meados de 1990, Portugal lançou uma nova proposta de unificação entre as ortografias portuguesa, africana e brasileira. Dessa forma, em 01 de janeiro de 1994, o novo *Acordo Ortográfico de 1990* foi firmado entre os países de língua portuguesa. O tratado estabelecia as seguintes alterações:

- eliminação da consoantes “surdas” quando estas não são pronunciadas: *acção* → *ação*, *exacto* → *exato*, *baptismo* → *batismo*, *óptimo* → *ótimo*;
- mas se as consoantes “surdas” forem pronunciadas, devem permanecer na grafia: *compacto*, *impacto*, *egípcio*, *rapto*;
- permissão da dupla grafia para palavras pronunciadas de formas diferentes em Portugal e no Brasil: *facto* / *fato*, *amnistia/anistia*, *corrupto/corrupto*, *character/caráter*;
- eliminação do acento agudo em ditongo aberto -ei: *ideia*, *alcaiteia*, *estrela*;

- eliminação do acento diferencial em palavras homófonas: *pára* (verbo) → *para*, *pelo* (substantivo) → *pelo*, *pôr* (verbo) → *por*;
- eliminação do acento circunflexo nas paroxítonas terminadas em **-oo**: *enjôo* → *enjoo*, *vôo* → *voo*;
- permissão para dupla acentuação quando a palavra tiver acento circunflexo no Brasil e agudo em Portugal: *bebê* / *bebé*, *bidê* / *bidé*, *crochê* / *croché*, *Antônio* / *António*;
- o hífen permanece antes de palavras que iniciam com *h-*: *anti-herói*, *pré-histórico*;
- o hífen permanece antes de palavras que iniciam com a última letra do prefixo: *super-resistente*, *pré-escolar*;
- eliminação do trema: *lingüiça* → *linguiça*;
- incorporação das letras *k*, *w* e *y* ao alfabeto.

Desse modo, ficou estabelecido, no documento, que somente quando todos os países de língua portuguesa assinassem o acordo é que o mesmo poderia entrar em vigor. Porém, em 2004, houve uma mudança, com base num protocolo modificativo, definindo que para entrar em vigor, bastaria a assinatura de apenas três países e não mais de todos. Em 2006, Brasil, Portugal e Cabo Verde ratificaram esse novo documento, possibilitando a entrada em vigor do *Novo Acordo Ortográfico de 1990*. Como consequência disso, a partir de 2009, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste tiveram que passar por um período de adaptação, ou melhor, transição até a adoção definitiva das regras do novo acordo, o qual passaria a vigorar a partir de 2015. Conforme o previsto, as regras do *Novo Acordo Ortográfico de 1990* entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015.

3. *Considerações finais*

Apesar de *Ortografia Nacional* (1904) ter sido o marco inicial da simplificação e uniformização da ortografia portuguesa, essa busca pela sistematização da ortografia ainda permanece vívida entre os estudiosos. No entanto, é interessante destacar que, mesmo com todo o empenho dos especialistas em tentar uniformizá-la, pode-se verificar que a variação ortográfica esteve, está e sempre estará presente na língua portuguesa, porque a língua é “construída” por seus falantes. Isto quer dizer que assim

como a língua sofre processos de variação e mudanças linguísticas para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes, o seu sistema ortográfico também pode sofrer transformações para proporcionar uma comunicação escrita mais eficaz e inteligível.

Partido do pressuposto de que desde os primórdios da existência humana a fala precede à escrita, conjectura-se que o sistema gráfico de uma língua sofre influências da fala. Além disso, cabe mencionar que pesquisas de cunho linguístico-histórico, realizadas com amostras de língua escrita, comprovam que é possível observar traços da pronúncia de um indivíduo através de sua grafia. Portanto, pode-se concluir que a ortografia de uma língua não passa de uma mera tentativa de transcrever, de forma padronizada, os seus sons, por intermédio de símbolos gráficos, pois a relação entre grafema-fonema nem sempre é biunívoca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

AZEREDO, José Carlos. (Org.). *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. 4. ed. Santa Maria: UFSM, 2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *A origem do alfabeto*. Disponível em: <<http://www.dalete.com.br/saber/origem.pdf>>. Acesso em: 29/04/2015.

CÂMARA JR, Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CAMÕES, Luis de. *Os Lvsiasdas*. Lisboa: casa de Antonio Gõçalvez, 1572.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

_____. *Introdução à história do português*. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2011[2004].

COELHO, Francisco Adolpho. *A língua portuguesa: fonologia, etimologia, morfologia e sintaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011[1938].

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: Impreso por Pedro Crasbeeck, 1606.

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de paleografia*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1953.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 8. ed. Lisboa: Clássica, 1975.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1992 [1957].

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VASCONCELLOS, José Leite de. História da língua portuguesa: origem e vida externa. *Revista Lusitana*, vol. XXV, n. 1-4, p. 5-28, 1923-1925.

_____. *Lições de philologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de E. M. A. TEIXEIRA & C.^{ta}, 1911.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2001[1891].